

# Contrarreforma trabalhista

» ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho

*“Vistam-me como quiserem que, de qualquer modo que eu for vestido, sempre serei Sancho Pança.”*

A frase de Sancho Pança, fiel escudeiro do valoroso fidalgo D. Quixote De La Mancha, personagem genial de Miguel de Cervantes, se aplica com precisão milimétrica a demagogos candidatos à presidência da República, cujas roupagens têm como objetivo lhes ocultar o verdadeiro caráter. Veja-se o caso de Luiz Inácio Lula da Silva. Ao declarar que procederá à contrarreforma trabalhista, revelou que será sempre presidente de sindicato, alheio às graves prioridades nacionais, como o desemprego, a desindustrialização, a insegurança jurídica, o endividamento social, a crise da saúde.

Antes de tudo, é necessário dizer que não haverá contrarreforma trabalhista. A inoportuna ameaça de revogar a Lei nº 13.467, de 13/7/2017, jamais se concretizará porque será inútil. A legislação brasileira rejeita o princípio da reprecinação, ou seja, da restauração de lei revogada por ter a lei revogadora perdido vigência. Nesse sentido, dispõe o art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei 4.657, de 4/9/1932, atualizado pela Lei nº 10.236, de 30/12/2010, com o nome de Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Se eventualmente eleito, para cumprir a promessa feita ao eleitorado, Lula deverá encaminhar projeto de lei à Câmara dos Deputados, propondo a revogação total ou parcial da reforma trabalhista. Se for parcial, especificará os dispositivos que deseja ver revogados. Em qualquer caso, entretanto, a retrógrada iniciativa enfrentará sólidos obstáculos no Poder Legislativo. Não poderá fazê-lo por medida provisória, por lhe faltarem os requisitos de relevância e urgência. Considerem-se, ademais, os milhares de emendas apresentadas na Câmara dos Deputados e no Senado.

Se o objetivo consistir na revogação de dispositivos específicos, erra ao tentar iludir as classes patronais e trabalhadoras. Antes, deverá identificar os artigos, parágrafos, incisos e alíneas que pretende eliminar. A ideia da contrarreforma traz embutida a pretensão de restabelecer a Contribuição Sindical, o velho Imposto Sindical, pago indistintamente por empregadores e trabalhadores associados e não associados, ao correspondente sindicato patronal ou profissional.

Lula deve compreender que o Brasil deste século é diferente daquele que foi durante 15 anos da era Vargas, quando se deu a decretação da

Consolidação das Leis do Trabalho. Em maio de 1943, estávamos sob a ditadura do Estado Novo. Getúlio Vargas não encontrou obstáculo para editar a CLT. Dispunha de poderes legislativos garantidos na Carta Constitucional de 10/11/1937. Hoje, porém, restabelecer a cobrança da Contribuição Sindical de empresas e de trabalhadores, que discordam da filiação ao sindicato da categoria, enfrentará fortes obstáculos constitucionais.

Com efeito, o art. 5º, XX, e o art. 8º da Constituição asseguram a plena liberdade de associação e de sindicalização. Impor contribuição ao não associado despertará polêmica no Congresso Nacional, de resultados demorados e imprevisíveis. Lula precisa saber que a sua vontade não tem o condão de prevalecer sobre a Lei Fundamental.

A estrutura sindical brasileira deve ser preservada em defesa das classes assalariadas. É indispensável encontrar fórmula adequada, ética, legítima, que permita a arrecadação de fundos com a participação indistinta de todos que se beneficiam

das atividades sindicais. A difícil construção passa, todavia, por amplo debate democrático. Não pode resultar da vontade de Lula, como fruto da emulação de medidas adotadas na Espanha, cujos resultados são desconhecidos. Modelos ultramarinos dificilmente se adaptam às complexas realidades brasileiras.

O momento não é adequado à discussão do assunto. Temos outras prioridades, como o desemprego, a informalidade, o trabalho a distância, a proteção à saúde, a expansão do tráfico de drogas, para não falar na reforma constitucional por completo, tarefa da próxima legislatura. A sede de poder embriaga os candidatos à chefia do Poder Executivo. Em campanha, pela eleição ignoram o mundo real. Abusam do desejo de oferecer coisas que não podem entregar.

Não importa como a pessoa está vestida. É sob a roupa que será encontrado o verdadeiro caráter. O populista demagogo não deixará de sê-lo. Promessas de campanha são feitas para seduzir incautos.



G O M E Z

## Ômicron: responsabilidades e a alteridade que se impõe

» GUSTAVO ROMERO

Professor de doenças infecciosas da Faculdade de Medicina da UnB

Após tímidas tentativas de pensar na possibilidade de quebra das patentes das vacinas contra covid-19 produzidas por grandes companhias farmacêuticas, o que poderia ampliar o acesso para os países mais pobres, o tema foi esquecido. Com arrogância, nos países com acesso à fatura de doses de vacina, debateu-se intensamente como seria desfrutado com segurança o verão boreal, enquanto ao sul do Equador, bilhões de pessoas permaneciam sem acesso à vacinação. No Brasil, não sem arrogância, os planos envolviam um apoteótico carnaval.

O surgimento da variante ômicron foi uma questão de tempo e, como sabemos, o Sars-CoV-2 mudou rapidamente. O fenômeno não surpreendeu o mundo científico, mas raramente a ciência dita o comportamento dos tomadores de decisões cruciais para a sobrevivência dos povos. O triste espetáculo de tentar segregar o risco da nova variante a alguns países africanos demonstrou que o norte global e os seus êmulos ao sul do Equador nada tinham aprendido em dois anos de tentativas infrutuosas de contenção da pandemia além das suas fronteiras.

Assim, a tentativa de disfarçar a responsabilidade, ao menos parcial pelo surgimento da nova variante, fracassou e cresce progressivamente o número de vozes que afirmam que, sem acesso equânime à vacinação, outras variantes assombrarão o nosso já obscuro horizonte. Tristemente, a nova onda pandêmica não sensibilizou os detentores do poder econômico global para dedicar recursos e vacinas para mudar a condição dos países mais pobres. Até hoje, os países ricos continuam nesse estado de irresponsabilidade coletiva em que a necropolítica floresce e, apesar da luta de organismos multilaterais para

acelerar a vacinação dos desfavorecidos, os países pobres parecem destinados a continuar sem vacinação por muito tempo.

As iniciativas para garantir acesso às vacinas para a maioria da população mundial têm tropeçado nas barreiras construídas pela engrenagem que sustenta a disfunção crônica e perversa da economia mundial com concentração de riqueza galopante, apesar dos milhões de mortos causados pela pandemia. A discussão de acesso às vacinas parece ter sido esquecida no Brasil a partir do momento em que o país conseguiu, apesar dos criminosos esforços em contrário do governo federal, dar andamento à vacinação com participação crucial da Fiocruz e do Instituto Butantan. Certo é que a pandemia demonstrou que a pauta brasileira de autossuficiência em vacinas só terá impacto se contribuir, solidariamente, para mudar a realidade que impera no mundo que não tem acesso a imunizantes. Sem essa consciência, o país terá o seu destino unido àqueles que, ao ignorarem o drama dos menos favorecidos, sofrerão inevitavelmente o prolongamento da pandemia com o surgimento de novas variantes.

Felizmente, as vacinas continuam protegendo contra a doença grave e a morte pela variante ômicron e, nessa felicidade, pode existir o risco de banalizar a sua virulência. Algumas evidências apontam que a ômicron possui menor capacidade de afetar o tecido pulmonar, porém, o número de óbitos causados por ela em pessoas não vacinadas é preocupante. Em países com cobertura vacinal razoável, constatou-se que o vírus permanece com capacidade de causar doença grave e morte e que, provavelmente, a redução na proporção de casos graves e óbitos

causados pela nova variante decorre fortemente do efeito da cobertura vacinal na população.

No Brasil, país privilegiado com uma invejável história de sucesso no combate a doenças infecciosas por meio da vacinação, aproximadamente 30% da população permanece não vacinada contra a covid-19. A desigualdade socioeconômica regional manifesta-se de forma clara também na cobertura vacinal, tendo o mesmo efeito perverso observado entre países ricos e pobres. Certamente, há o efeito deletério dos grupos negacionistas antivacinas, porém, sendo esses grupos pouco vulneráveis à mudança de comportamento, a atenção deve ser dirigida aos problemas de acesso que podem e devem ser resolvidos.

Os não vacinados merecem atenção e cuidado, considerando que têm um risco maior de doença grave e de morte por covid-19. Dado que as vacinas oferecem proteção parcial contra a infecção e que pessoas vacinadas podem adquirir e transmitir a doença, a exigência do comprovante de vacinação para compartilhar ambientes fechados não deve ser interpretada como estratégia de exclusão ou de cerceamento de direitos.

Ao contrário, trata-se de uma estratégia de proteção das pessoas não vacinadas que têm maior risco de adoecer. Assim, sendo a frustração e a revolta, os sentimentos que instintivamente poderíamos experienciar em relação à atitude de rejeitar a vacinação, o exercício de alteridade impõe-se para que, de forma solidária, transmitamos a expectativa de cuidado aos mais vulneráveis, sejam eles pessoas sem acesso às vacinas, sem informação adequada para a tomada de decisão, sejam simplesmente negacionistas. Eis o nosso dever ético e o aprendizado necessário para estarmos coletivamente preparados para futuras ondas pandêmicas.

## A clínica psicanalítica não se aprende na universidade

» MARIA FÁTIMA SILVEIRA DOS SANTOS

Doutora em psicologia clínica, é psicanalista associada e docente da Sociedade de Psicanálise de Brasília

Oferecimento de bacharelado em psicanálise por uma instituição de ensino superior do país mostra o apreço que nós, brasileiros, temos pela interação terapêutica criada por Sigmund Freud. É possível até que outras instituições de ensino acompanhem esse movimento. Mas cabe esclarecer que as razões do prestígio alcançado pela psicanálise são as mesmas que impedem que clínicos psicanalistas sejam formados por universidades.

O prestígio que a psicanálise tem no Brasil decorre diretamente da formação psicanalítica, que é a forma típica de preparação de um psicanalista. Sociedades de psicanálise e escolas de formação de psicanalistas existem desde muitas décadas no Brasil. Vem delas, como psicanalistas ou como supervisores de jovens iniciantes, boa parte dos profissionais psicanalistas atuantes hoje. Gerações de psicanalistas foram formados e essas instituições foram peças-chave na percepção de que o método psicanalítico é efetivo para lidar com o sofrimento psíquico humano.

Como se dá a formação de um psicanalista? Um psicanalista não se forma por conhecimentos acrescentados, tal como acontece em uma especialização universitária. Também não é pelo treinamento de técnicas psicológicas. Uma pessoa se torna psiquiatra pelo conhecimento acrescentado ao longo de uma residência, e um psicólogo clínico se habilita pelo treinamento em uma técnica determinada. Ambas as profissões prestam importantes serviços à saúde psíquica das pessoas que a elas recorrem.

Mas um psicanalista é formado de outra maneira. O núcleo pulsante da sua formação é o processo de psicanálise pessoal ao qual se submete. Esse processo possibilita que seus impulsos e ações sejam colocados a serviço da observação do sofrimento e da promoção da saúde de seu paciente. Não é uma coisa óbvia como pode parecer. Todo bom profissional de saúde está a serviço do bem-estar de seu paciente. É verdade, mas há uma especificidade decisiva na prática de um psicanalista.

Ele é tocado no próprio psiquismo (e assim deve ser sempre) pelo sofrimento daquele que o procura. Não poderá, como um médico ou um psicólogo, manter a empatia, mas se afastar do sofrimento para bem atender. Não, um psicanalista é convocado pelo sofrimento do paciente e esse ressoar se torna o centro do encontro. É em meio ao ecoar do sofrimento que o psicanalista vai oferecer o pensamento vivo que lhe ocorre, isto é, a interpretação da experiência emocional em curso.

Há uma comunicação muito direta entre os dois indivíduos que estão na sessão psicanalítica. Para sustentar essa comunicação entre duas mentes que se tocam e vibram de forma contundente no encontro, o analista necessita passar por um processo específico de preparação, a formação psicanalítica.

Nesse processo, o analista se prepara para permanecer em abstinência de desejos próprios e de aceitação do protagonismo de ações e decisões do paciente. Essas duas condições psíquicas permitem ao psicanalista mergulhar na jornada de busca para a qual é convidado pelo paciente que recebe. O desenvolvimento delas é o objetivo de uma psicanálise de formação.

Tornar-se psicanalista significa passar pelos processos de busca de si e de afastamento de seus excessos e preconceitos para poder mergulhar em condições adequadas à jornada de descoberta do paciente. Camadas de respostas sociais aprendidas e de ideias pré-concebidas são retiradas pelo processo psicanalítico de formação para que se possa mergulhar na autenticidade de cada encontro entre paciente e analista.

Além da atividade central de observação e descoberta de si mesmo, a formação psicanalítica comporta também a prática supervisionada por um profissional mais experiente. Ambas são realizadas durante alguns anos. A habilitação como psicanalista não pode se processar onde análise pessoal e supervisão sejam tratadas como acessórias.

A análise de formação e as supervisões de atendimentos são fundamentos da profissão de psicanalista e, por essas características, a habilitação de um psicanalista não pode se processar no formato de especialização como as oferecidas pelas universidades. Simplesmente, porque não é possível ensinar a alguém a ver sem preconceitos pessoais nem se pode ensinar a dar a primazia ao outro no relacionamento. Não. Ambas as atitudes são desenvolvimentos alcançados ao longo do processo de psicanálise do próprio psicanalista. Disso não se pode abrir mão. Pela saúde de pacientes e pela boa preparação dos futuros psicanalistas brasileiros.